

SUMÁRIO*

Tomol

DIREITO ADMINISTRATIVO

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais..... 17

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências 49

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 (*)

Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências..... 54

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências..... 55

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências 63

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002

Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências 67

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública 70

LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)..... 78

* As normas indicadas com (*) foram publicadas de forma parcial.

LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios 97

LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública 122

DIREITO CIVIL

DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro..... 129

LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família..... 133

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (*)

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências..... 134

LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes..... 137

LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994 (*)

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)..... 150

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (*)

Institui o Código Civil..... 150

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal..... 257

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Promulgada em 05 de outubro de 1988 269

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 (*)

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal..... 363

LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal 367

DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências 373

LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE..... 422

DIREITO EMPRESARIAL

DECRETO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 1.232, DE 22 DE JUNHO DE 1962

Regulamenta a profissão de Aeroviário 433

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre as sociedades por ações..... 436

LEI Nº 7.183, DE 5 DE ABRIL DE 1984 (*)

Regula o exercício da profissão de aeronauta e dá outras providências 499

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 (*)

Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica..... 500

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 (*)

Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial..... 502

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.. 503

LEI Nº 13.475, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984..... 534

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881, DE 30 DE ABRIL DE 2019 (*)

Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências..... 545

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências 551

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências 557

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências 582

DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999

Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências 615

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950

Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados 717

DECRETO-LEI Nº 779, DE 21 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica 718

LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970

Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências 719

LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências..... 720

LEI Nº 7.701, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988

Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências 726

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 3, DE 1993

Interpreta o art. 8º da Lei n.º 8542, de 23/12/92 (DOU de 24/12/1992), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho e a Lei n.º 12.275, de 29 de junho de 2010, que altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce o § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 728

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996(*)

Dispõe sobre a arbitragem 730

LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997

Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências 735

LEI Nº 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001

Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências..... 736

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 27, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004 738

LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006(*) <i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.....</i>	739
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1470, DE 24 DE AGOSTO DE 2011 <i>Regulamenta a expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e dá outras providências</i>	742
RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 185, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 <i>Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.....</i>	744
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST 38, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015.....	752
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016 <i>Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.....</i>	755
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016 <i>Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências</i>	758
NORMA REGULAMENTADORA DO TRABALHO Nº 9	758
RESOLUÇÃO CSJT Nº 174, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016 <i>Dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista e dá outras providências.....</i>	768
RESOLUÇÃO CSJT Nº 185, DE 24 DE MARÇO DE 2017 <i>Dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho e dá outras providências</i>	774
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1937, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 <i>Aprova o Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.....</i>	785
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 2018 <i>Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.....</i>	833
DIREITO PENAL	
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940(*).....	837
LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 <i>Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade</i>	866

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor..... 868

LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995

Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências..... 870

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (*)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências..... 871

LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014 (*)

Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS..... 871

SUMÁRIO*

Tomo 2

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	890
DECRETO-LEI 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943	
<i>Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.....</i>	892
LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949	
<i>Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos</i>	1014
DECRETO Nº 27.048, DE 12 DE AGOSTO DE 1949	
<i>Aprova o regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.....</i>	1015
CONVENÇÃO OIT Nº 87	1018
CONVENÇÃO OIT Nº 98	
<i>Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte</i>	1020
LEI Nº 3.030, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956	
<i>Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparadas pelo próprio empregador.....</i>	1023
LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962	
<i>Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores</i>	1023
LEI Nº 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965	
<i>Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.....</i>	1024
LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965	
<i>Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.....</i>	1024
LEI Nº 5.889, DE 08 DE JUNHO DE 1973	
<i>Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.....</i>	1030
LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974	
<i>Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências</i>	1033

* As normas indicadas com (*) foram publicadas de forma parcial.

LEI Nº 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980	
<i>Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares</i>	1037
LEI Nº 7.064, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1982	
<i>Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.....</i>	1037
NORMA REGULAMENTADORA DO TRABALHO Nº 4	1040
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (*)	
<i>Institui a Lei de Execução Penal.....</i>	1044
LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985	
<i>Institui o Vale-Transporte e dá outras providências</i>	1046
LEI Nº 7.644, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987	
<i>Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social, e dá outras providências</i>	1047
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.....</i>	1049
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990	
<i>Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.....</i>	1051
NORMA REGULAMENTADORA DO TRABALHO Nº 15.....	1063
DECRETO Nº 131, DE 22 DE MAIO DE 1991	
<i>Promulga a Convenção nº 135, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre a Proteção de Representantes de Trabalhadores.....</i>	1064
LEI Nº 8.716, DE 11 DE OUTUBRO DE 1993	
<i>Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências</i>	1066
DECRETO Nº 1.703, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1995	
<i>Promulga a Convenção número 141, da Organização Internacional do Trabalho, relativa às Organizações de Trabalhadores Rurais e sua Função no Desenvolvimento Econômico e Social, adotada em Genebra, em 23 de junho de 1975.....</i>	1067
DECRETO Nº 1.855, DE 10 DE ABRIL DE 1996	
<i>Promulga a Convenção 158 sobre o Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador, de 22 de junho de 1982</i>	1069
LEI Nº 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998	
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências</i>	1074
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998	
<i>Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.....</i>	1075

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998 (*)

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências 1076

DECRETO Nº 3.197, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999

Promulga a Convenção n. 132 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Férias Anuais Remuneradas (revista em 1970), concluída em Genebra, em 24 de junho de 1970 1084

LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000

Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências 1087

LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 14 DE JULHO DE 2000

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22..... 1088

LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências..... 1088

LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal 1091

LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências 1092

DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004

Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais..... 1096

DECRETO Nº 5.113, DE 22 DE JUNHO DE 2004

Regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências..... 1103

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (*)

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999..... 1104

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1276, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a criação, composição e competência do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, e sobre a competência do Tribunal Pleno..... 1107

LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008

Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências 1109

LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008

Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991..... 1110

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008(*)

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 1111

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1340, DE 1º DE JUNHO DE 2009

Referenda ato da Presidência que autoriza o Presidente do Tribunal a decidir, monocraticamente, os agravos de instrumento em recurso de revista e os recursos de revista pendentes de distribuição, nas hipóteses que especifica..... 1115

LEI Nº 12.023, DE 27 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso..... 1115

RESOLUÇÃO CSJT Nº 66, DE 10 DE JUNHO DE 2010 (REPUBLICAÇÃO)

Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, a responsabilidade pelo pagamento e antecipação de honorários do perito, do tradutor e do intérprete, no caso de concessão à parte do benefício de justiça gratuita..... 1117

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1418, DE 30 DE AGOSTO DE 2010

Regulamenta o processamento do Agravo de Instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho..... 1118

NORMA REGULAMENTADORA DO TRABALHO Nº 3..... 1119

NORMA REGULAMENTADORA DO TRABALHO Nº 5..... 1120

LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre o aviso-prévio e dá outras providências..... 1124

LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Dec.-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943..... 1124

DECRETO Nº 7.944, DE 6 DE MARÇO DE 2013

Promulga a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, firmadas em 1978..... 1128

LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013 (*)

Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de

<i>dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.....</i>	1132
LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 25 DE JUNHO DE 2014	
<i>Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.....</i>	1134
LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015(*)	
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.....</i>	1134
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016	
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.....</i>	1141
LEI Nº 13.301, DE 27 DE JUNHO DE 2016 (*)	
<i>Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.....</i>	1141
RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 235, DE 13 DE JULHO DE 2016.....	1142
LEI Nº 13.363, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016	
<i>Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.....</i>	1148
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1860, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016	
<i>Regulamenta o julgamento em ambiente eletrônico, por meio do Plenário Virtual, em todos os órgãos judicantes do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....</i>	1149
PORTARIA MT Nº 1.293, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017	
<i>Dispõe sobre os conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2º-C da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e trata da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.....</i>	1150
PORTARIA MT Nº 349, DE 23 DE MAIO DE 2018	
<i>Estabelece regras voltadas à execução da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho.....</i>	1153
DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018	
<i>Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.....</i>	1154

DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018 (*)

Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências..... 1158

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2048, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera as Instruções Normativas nos 3, 20, 31 e 36 e revoga as Instruções Normativas nºs 15 e 26..... 1163

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965

Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas..... 1167

DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967

Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares 1174

DECRETO Nº 3.597, DE 12 DE SETEMBRO DE 2000

Promulga a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999 1190

DECRETO Nº 4.134, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2002

Promulga a Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego..... 1195

DECRETO Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006

Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia- Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003..... 1201

DECRETO Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009

Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66..... 1227

DECLARAÇÃO DA OIT SOBRE OS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO

1243

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências 1249

LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências 1252

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009

Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências 1253

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	1256
--	------

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS HUMANOS SOCIAIS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	1421
--	------

DECRETO Nº 50.215, DE 28 DE JANEIRO DE 1961

<i>Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951</i>	1425
---	------

DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990

<i>Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança</i>	1434
--	------

DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992

<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação</i>	1446
---	------

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992

<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969</i>	1452
---	------

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003(*)

<i>Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências</i>	1467
--	------

DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004

<i>Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais</i>	1482
---	------

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	1490
---	------

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009

<i>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007</i>	1498
---	------

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 (*)

<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003</i>	1516
---	------

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (*)

<i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)</i>	1525
--	------

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017

<i>Institui a Lei de Migração</i>	1545
---	------

DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018

<i>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013</i>	1564
---	------

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional 1573

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências 1591

RESOLUÇÃO CNJ Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008

Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional 1604

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União 1611

RESOLUÇÃO CSMPT Nº 132, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece a organização das unidades e a fixação das atribuições dos cargos no âmbito do Ministério Público do Trabalho 1655

RESOLUÇÃO CSMPT Nº 157, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA e define diretrizes para a implementação da Política Nacional de Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Trabalho 1662

SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST

SÚMULAS – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 1667

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS VINCULANTES 1698

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS 1698

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SÚMULAS 1699

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO/ÓRGÃO ESPECIAL 1701

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS – SDC 1702

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 TRANSITÓRIA DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS 1704

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-1 1710

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 2 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-2 1732